

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

O FRACASSO DE COPENHAGA

por Mário Soares

Em relação às esperanças acalentadas pela sociedade civil e por reputados ecologistas, de reduzir as emissões de dióxido de carbono, a Cimeira de Copenhaga há-de considerar-se um fracasso. Fracasso que resultou de não haver uma ordem mundial fiável, capaz de se sobrepôr aos interesses nacionais egoístas das grandes potências tradicionais e emergentes. O Secretário Geral das Nações Unidas foi uma figura apagada durante a Cimeira e o Presidente da Europa e a Alta Representante Europeia para as relações internacionais, inexistentes. A incapacidade de acordo quanto a um novo modelo económico-financeiro, com clara dimensão ambiental e social para combater, com êxito, a crise global, também obviamente contribuiu para o desentendimento dos mais altos dirigentes políticos mundiais – e estiveram quase todos, de países pobres e ricos – presentes em Copenhaga.

Nos últimos dias, verificada a impossibilidade de se chegar a um acordo mínimo quanto aos principais pontos em debate: redução das emissões de CO₂; “envelope financeiro”, para levar por diante a luta contra o aquecimento terrestre; garantias escritas, quanto à verificação dos compromissos tomados; e futuro do protocolo de Quioto – ignoraram-se muitos dos 193 Estados representados e os dois maiores poluidores, China e Estados Unidos, foram quem, afinal, decidiu. Com o apoio de alguns Estados como: Brasil, Índia, África do Sul, União Europeia (ausente mas concordante), que reunidos à parte, alinhavaram à pressa, um acordo mínimo, não vinculativo, insuficiente e, para alguns, ridículo. Foram alguns dos qualificativos usados, por políticos representativos e por boa parte da imprensa internacional, para não reconhecerem explicitamente o desastre total da Cimeira.

A verdade é que nenhum país, tendo em conta as declarações dos altos responsáveis dos Estados representados, saiu de Copenhaga satisfeito com os resultados conseguidos. A Europa que tinha assumido uma posição clara, uníssona e generosa não foi ouvida. O que mostra como o mundo multilateral está a esboçar uma nova relação de forças entre os poderosos...

O porta-voz dos Estados Unidos disse que foi “um passo histórico”. Mas o presidente Barack Obama, visivelmente decepcionado, não deixou de responsabilizar a China, com o pensamento em Washington e no Senado. Pela primeira vez, produziu um discurso que não entusiasmou ninguém. O peso do mundo que tem às costas, está a obrigá-lo a ter em conta a “réelle politique”, mais do que parece tolerável para os seus admiradores...

A verdade é que se esperava de Copenhaga um Tratado vinculativo, na linha de Quioto e para além dela, contra o aquecimento global e não houve mais do que um simples acordo voluntário e não vinculativo. Acordo feito pelos Estados de grandes economias – na ausência da Europa, sublinhe-se – que contraria o processo negocial da ONU, em tais matérias, onde as decisões são tomadas geralmente por unanimidade. Na Cimeira de Bali, há dois anos, apontou-se nesse sentido. E não se conseguiu. Daí o incontestável fracasso.

É certo que as negociações prosseguirão, na Alemanha, em Junho, e no México no final do próximo ano. Mas não parece provável que se modifique, até lá, a relação de forças mundial, de modo a possibilitar as mudanças necessárias. Veremos...

O aquecimento global é um desafio irrecusável, sem a solução do qual o nosso Planeta sofrerá modificações tais que porão em causa a sobrevivência da Humanidade. A esmagadora maioria dos cientistas têm-no dito e repetido.

A Cimeira de Copenhaga reuniu representantes de dezenas de organizações ambientais e milhares de pessoas de boa vontade que quiseram manifestar-se, pacífica e ordeiramente, para serem ouvidas pelos Chefes de Estado e de Governo que, em princípio, os representam.

No entanto, foram contidas e agredidas pelas forças ditas da “ordem”, como se fossem subversivos ou terroristas. Não se esperava um tal comportamento de um Estado de Direito e Democrático, como a Dinamarca. Afinal os manifestantes deslocaram-se para fazerem ouvir a verdade, no mesmo sentido do Apelo feito pelo Papa e por tantos reputados cientistas e políticos de diversos Continentes e Ideologias. Manifestaram-se em nome das suas consciências e da cidadania global, como há dez anos em Seattle.

Ora quando os Povos, desinteressadamente, se empenham num combate por um ideal, a História ensina-nos que são sempre vencedores. Os responsáveis políticos, que dependem do voto popular, quando vivem em Democracia, não se podem esquecer disso. Especialmente quando, em nome da sua segurança, as forças ditas da ordem procuram silenciar os que gritam a verdade, ao frio e à chuva, desinteressadamente, em nome de um ideal nobre: a defesa do Planeta ameaçado.

2. A Ibero-América ameaça dividir-se? Se assim for, é mau para o seu futuro colectivo e para Espanha e Portugal. O Brasil, como a Cimeira de Copenhaga demonstrou, consagrou-se como uma grande potência mundial – geográfica, demográfica, económica, cultural e tecnologicamente – ficando sentado ao lado dos Estados Unidos e da China e talvez superando os grandes colossos, como a Rússia, a Índia, a África do Sul e o México. Esse novo estatuto do Brasil, é hoje reconhecido pela Europa e, com entusiasmo, por Portugal e por Espanha.

Note-se que o é, também, por grandes potências, como o Japão, o Canadá e a Austrália, e por países pobres de África e da Ásia, o que é muito significativo. Contudo, começa a não ser bem visto por certos países latino-americanos, por razões ideológicas, geo-estratégicas e políticas. E isso é mau, para o futuro da Ibero América, no seu conjunto, que poderia vir a ter um peso decisivo na nova relação de forças mundial que se esboça.

Porquê? Porque há países que se põem à sombra do grande vizinho do Norte, uma tradição que vem de longe – como é o caso da Colômbia e do Peru – e outros, como a Venezuela, o Equador, a Nicarágua, a Bolívia e Cuba que querem independentizar-se do vizinho-colono, mesmo sendo Obama o Presidente.

Viu-se isso na Cimeira de Copenhaga quando os quatro países referidos, salvo erro, foram os únicos a repudiar o protocolo não vinculativo e a abandonar a Cimeira... O Presidente Chavez, com a sua natural exuberância, disse (cito de cor): "houve um fantasma que se passeou por Copenhaga e impediu qualquer acordo: o capitalismo financeiro-especulativo". Não terá sido só isso. Também o comunismo capitalista chinês terá dado o seu contributo...

De qualquer modo, seria péssimo para o sub-Continente ibero-americano – cujas raízes culturais e linguísticas permanecem em Espanha e Portugal, com todos os laços, incluindo afectivos, que daí resultam – se não se entendessem no essencial. Porque enfraqueceriam a sua posição no mundo multilateral que se anuncia, enquanto unidos representam um todo absolutamente decisivo, pelo seu peso geo-estratégico, cultural, científico, linguístico e civilizacional.

3. O mar português. É o nome de um filme-reportagem dirigido por Francisco Manso cujo guião foi escrito por Álvaro Garrido. Foi lançado na Fundação Gulbenkian, em 16 do corrente mês e emitido na RTP2 no sábado passado.

Como os meus leitores saberão, sempre me interessei e ocupei com o que chamei o "regresso de Portugal ao mar", que considero dos principais objectivos e garantias para o nosso futuro colectivo. A Zona Económica Exclusiva Portuguesa é, como se sabe, a maior da União Europeia, o que alarga a dimensão do nosso País. Acrescente-se-lhe, como desejamos, a Plataforma Continental e imagine-se a importância do mar português.

Pilotado pelo meu velho amigo Mário Ruivo, criámos um grupo escolhido de biólogos, oceanólogos e políticos, de vários Continentes, a que chamámos Comissão Mundial Independente para os Oceanos, a qual elaborou o relatório "O Oceano - Nosso Futuro", o qual foi sujeito a análise e debate na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1998. Foi um relatório divulgado em onze línguas e um marco que é, até hoje, actual.

Em consequência desse trabalho e pelo facto da EXPO 98 ter sido dedicada aos Oceanos, tentámos, com o acordo do então primeiro-ministro, António Guterres, trazer para Portugal a sede da COI (Comissão Oceanográfica Intergovernamental). O que chegou a ter luz verde da UNESCO. Depois, a instabilidade que se seguiu à demissão de Guterres, a falta de um mínimo de meios e a ausência de vontade política dos responsáveis – apesar, sempre, das suas boas palavras – fizeram com que não se realizasse esse projecto. O regresso ao mar ficou adiado. Mas não foi esquecido.

Três Universidades, principalmente (Açores, Aveiro e Algarve), têm-se dedicado com afinco aos estudos oceanográficos, condição sine qua non, para Portugal poder regressar com êxito aos Oceanos. Porque se no passado "o Atlântico falava português" – como diziam – e todos os Oceanos, sem excepção, foram conhecidos pelos nossos navegadores de seiscentos – que levaram a Europa a Continentes desconhecidos e trouxeram o conhecimento de novas gentes e culturas para a Europa – esse tempo glorioso passou. Agora é preciso conhecimento científico e actualizado dos fundos

marinhos e das suas riquezas e os meios tecnológicos e os especialistas para as explorar. É o que procuram fazer, com os escassos recursos de que dispõem, mas com enorme proficiência e paixão, as três Universidades referidas. É isso que mostra, muito impressivamente, o filme "O mar português".

Agora as fainas marítimas tradicionais – a exploração do sal, as pescas e os transportes marítimos (marinha mercante) – têm vindo a perder com a concorrência e representam pouco para o aumento da riqueza nacional. Não quer dizer que não recuperem. Espero que isso aconteça. Mas aquilo que salta aos olhos e poucos vêem, são as imensas riquezas que estão escondidos sob as nossas águas territoriais: gás, petróleo, manganês e toda a espécie de minerais, alguns de grande valor, a biodiversidade da fauna e da flora submersas, etc. Mas para se lá chegar são precisas: ciência e tecnologia, robots, em especial. E trabalhar com conhecimento das tecnologias aprende-se nas Universidades. Foi o que mostrou o filme de que vos falo – magnífico – e por isso aplaudi, com tanto entusiasmo, os seus autores e participantes.

Lisboa, 22 de Dezembro de 2009